



AMERCEL S.A.

CNPJ 01.685.903/0001-16

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

q) Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

r) Campanhas promocionais: Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

s) Ajuste ao valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

t) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste ao valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

u) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

v) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, partes relacionadas e depósitos judiciais. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar com fornecedores e partes relacionadas.

Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, aplicações financeiras e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da Administração. *Investimentos mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifesto intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisficem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 36 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresenta em 31 de dezembro de 2011 e 2010 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Caixa e bancos	2.679	10.752
Aplicações financeiras	109.438	78.380
	112.117	89.132

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações financeiras de curto prazo, referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 98,50% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER COM TERCEIROS, LÍQUIDAS

	2011	2010
Vendas de aparelhos celulares e acessórios	93.742	74.242
Serviços faturados	151.196	108.734
Serviços não faturados	36.816	33.857
Interconexão	52.354	50.050
Total de vendas e serviços prestados	334.108	266.883
(-) Provisão para devedores duvidosos	277.986	221.194
	18.887	18.642
	296.873	239.836

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*):

	2011	2010
A vencer	241.905	214.378
Vencidas:		
de 1 a 30 dias	27.536	15.491
de 31 a 60 dias	13.266	8.493
de 61 a 90 dias	9.839	5.372
de 91 a 120 dias	8.329	4.140
de 121 a 150 dias	5.952	2.880
de 151 a 180 dias	4.187	2.319
há mais de 180 dias	23.094	13.810
	334.108	266.883

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	45.689	32.344
Provisão constituída (Nota 21)	35.815	24.438
Baixas	(25.382)	(11.093)
Saldo final	56.122	45.689

6. ESTOQUES

	2011	2010
Estoque de aparelhos para revenda	91.933	51.711
Estoque de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	6.165	1.821
	98.098	53.532
(-) Provisão para perdas em estoques	(5.035)	(7.076)
	93.063	46.456

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	7.076	10.189
Provisão constituída	1.257	7.526
Baixas	(3.298)	(10.639)
Saldo final	5.035	7.076

A provisão para perda de estoques é constituída com base nos itens em estoque com lenta movimentação, considerados de difícil realização.

7. APLICAÇÃO FINANCEIRA - NÃO CIRCULANTE

A aplicação financeira, que está registrada no ativo não circulante, está representada por fundo de investimento não exclusivo classificado como Multimercado, resgatável em prazo superior a 360 dias, com remuneração entre 98,50% e 102,5% do CDI.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	2011	2010
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outros	14.220	8.115
Imposto de renda e contribuição social antecipação	26.070	3.733
ICMS a recuperar	97.190	66.599
PIS/COFINS	7.704	6.214
Outros	1.019	3.333
Circulante	146.203	86.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos	301.440	347.405
ICMS a recuperar	33.347	32.618
Não circulante	334.787	380.023
Total de circulante e não circulante	480.990	467.017

Os créditos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações da Companhia. Esses créditos estão registrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

Impostos de renda e contribuição social diferidos:

	2011	2010
Imposto de renda diferido	221.647	255.445
Contribuição social diferida	79.793	91.960
	301.440	347.405

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de reajustes fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, impreriscíveis. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na referida Instrução. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Prejuízo fiscal e base negativa	525.705	788.770
Diferenças temporárias	360.884	233.009
Base de cálculo	886.589	1.021.779
Alíquota	25%	9%
Imposto de renda diferido	221.647	255.445

	2011	2010
A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:		
Exercício	2011	2010
2011	92.954	92.954
2012	111.660	72.877
2013	54.032	78.003
2014	59.692	94.007
2015	63.646	9.564
2016	12.410	—
	301.440	347.405

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Imposto de renda do exercício	(40.521)	(47.623)
Contribuição social do exercício	(13.941)	(17.284)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.903	160.059
	(33.559)	95.152

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	58.871	202.723
Impostos de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(20.016)	(68.926)
Ajustes para cálculo do crédito tributário:		
Compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social	22.557	27.983
Provisão para devedores duvidosos	(18.397)	(5.560)
Provisão para contingência	(19.889)	(9.501)
Varição cambial	(48)	9
Outros	(18.669)	(8.912)
Compensação de impostos diferidos e diferenças temporárias	20.903	14.527
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização dos impostos diferidos	—	145.532
	(13.543)	164.078
	(33.559)	95.152

Crédito (débito) tributário

b) Movimentação

Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/2010	1.074.172	286.434	263.543	2.272	51	114.528	2.177.551
Adições	358	9.353	204	—	—	24.891	312.142
Baixas	(206.667)	(5.989)	(8.804)	—	—	(15.503)	(236.963)
Transferências	203.385	103.486	20.241	13	1.304	(43.020)	(290.958)
Saldo em 31/12/2011	1.071.248	393.284	275.184	2.285	1.355	80.896	2.028.381
Depreciações							
Saldo em 31/12/2010	(708.113)	(104.703)	(181.232)	(673)	—	(98.932)	(1.093.653)
Adições	(116.110)	(39.565)	(25.135)	(241)	—	(16.183)	(197.234)
Baixas	206.666	5.985	8.804	—	—	10.795	232.250
Transferências	(45.263)	—	—	—	—	45.263	—
Saldo em 31/12/2011	(662.820)	(138.283)	(197.563)	(914)	—	(59.057)	(1.058.637)
Saldo Líquido em 31/12/2010	366.059	181.731	82.311	1.599	51	15.596	217.751
Saldo Líquido em 31/12/2011	408.428	255.001	77.621	1.371	1.355	21.839	204.129

O saldo de bens e instalações em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, basicamente pela implementação das redes GSM e terceira geração (3G). Durante o ano de 2011 e 2010 não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais, no montante de R\$2.152 (R\$2.115 em 31 de dezembro de 2010). O ativo imobilizado está sujeito a teste de recuperabilidade quando há indicativo de potencial perda de valor conforme mencionado na nota 3. *Revisão da vida útil:* A Administração da Companhia revisou a vida útil do seu ativo imobilizado para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011. Tal revisão foi suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo e não identificou ajustes nas taxas de depreciação.

11. INTANGÍVEL

a) Composição

	Prazo de amortização em anos	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	15	523.707	(388.831)	134.876	137.306
Direito de uso de software	5	26.195	(17.789)	8.406	5.218
Fundo de comércio	1	6.723	(4.917)	1.806	1.229
Outros ativos intangíveis	5 a 10	58.996	(58.121)	875	615
		615.621	(469.658)	145.963	144.368

b) Movimentação

	Direito de concessão	Direito de uso de softwares	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Total
Custo					
Saldo em 31/12/2010	489.389	20.525	6.030	68.964	584.908
Adições	34.318	—	—	2.760	37.078
Baixas	—	(236)	(1.189)	(10.491)	(11.916)
Transferências	—	5.906	1.882	(2.237)	5.551
Saldo em 31/12/2011	523.707	26.195	6.723	58.996	615.621
Amortizações					
Saldo em 31/12/2010	(352.083)	(15.307)	(4.801)	(68.349)	(440.540)
Adições	(36.748)	(2.718)	(1.305)	(263)	(41.034)
Baixas	—	236	1.189	10.491	11.916
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo em 31/12/2011	(388.831)	(17.789)	(4.917)	(58.121)	(469.658)
Saldo líquido em 31/12/2010	137.306	5.218	1.229	615	144.368
Saldo líquido em 31/12/2011	134.876	8.406	1.806	875	145.963

As licenças de concessão referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para exploração é de quinze anos renováveis por igual período a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da concessão, sujeita à fiscalização da Anatel e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. Os Termos de Autorização do Direito de Uso de Radiofrequência de 850, 900 e 1800 MHz da Companhia para os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre e no Distrito Federal expiram em Julho de 2012 e os de terceira geração 3G expiram em Abril de 2023.

12. FORNECEDORES DE MATERIAIS E SERVIÇOS

	2011	2010
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	320.722	244.678
Interconexão e <i>roaming</i>	32.677	26.275
Co-billing	9.166	10.553
Outros	60	46
	362.625	281.552

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2011	2010
ICMS a recolher	64.771	31.254
PIS e COFINS a recolher	5.705	5.522
FISTEL	6.404	3.092
Parcelamento Lei nº 11.941/09	42.570	9.878
Outros	6.248	19.288
	125.698	69.034

A Companhia optou por incluir no parcelamento especial, previsto na Lei nº 11.541 de 27 de maio de 2009, débitos federais e previdenciários referentes aos tributos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e INSS. Os débitos foram consolidados em 29 de junho de 2011 e os montantes atualizados em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$42.570 (R\$9.878 em 31 de dezembro de 2010), que estão registrados no passivo da Companhia nas rubricas de impostos, taxas e contribuições a pagar. A Administração baseou-se nas relevantes reduções para pagamento à prazo instituídas pela Lei nº 11.941/09, dentre as quais se destaca a redução de 80% dos valores relativos à multa de ofício



AMERICEL S.A.

CNPJ 01.685.903/0001-16

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

f) Lucro por ação	2011	2010
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	24.945	293.552
Lucro disponível aos acionistas ordinários	367	4.323
	25.312	297.875
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações preferenciais	55.787.127	21.054.003
Média ponderada do número de ações ordinárias	821.600	310.071
	56.608.727	21.364.074

Resultado básico e diluído por ações

Ação preferencial	0,00045	0,01394
Ação ordinária	0,00045	0,01394

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2011	2010
Serviços pós-pagos	498.167	399.125
Serviços pré-pagos	476.234	428.254
Tarifa de uso de meios	540.973	549.132
Roaming	30.610	27.983
Venda de aparelhos e acessórios	118.110	255.213
Receita operacional líquida	1.664.094	1.659.707

20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2011	2010
Mão de obra própria	(16.453)	(15.845)
Serviços contratados com terceiros	(33.820)	(25.627)
Aluguéis	(42.586)	(33.579)
Meios de conexão	(30.844)	(42.697)
Taxas e contribuições	(136.183)	(113.803)
Amortização da concessão	(41.034)	(35.086)
Depreciação da rede	(192.428)	(181.801)
Interconexão	(301.066)	(285.269)
Outros	(21.701)	(15.937)
Custo dos serviços prestados	(816.115)	(749.644)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(238.462)	(361.529)
	(1.054.577)	(1.111.173)

21. DESPESAS COMERCIAIS

	2011	2010
Mão de obra própria	(66.118)	(62.701)
Serviços contratados com terceiros	(81.092)	(78.749)
Aluguéis	(7.038)	(4.983)
Publicidades	(48.969)	(33.947)
Devedores duvidosos (Nota 5)	(35.815)	(24.438)
Outros	(15.348)	(2.960)
	(254.380)	(207.778)

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Mão de obra própria	(21.800)	(21.203)
Serviços contratados com terceiros	(72.959)	(49.261)
Taxas e contribuições	(10.229)	(4.357)
Depreciação e amortização	(4.806)	(7.910)
Outros	(8.433)	(7.629)
	(118.227)	(90.360)

23. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2011	2010
Receitas financeiras:		
Varição cambial	-	2.627
Receita de aplicação financeira	32.566	8.037
Juros sobre mútuos	2.584	-
Tarifas	-	1.557
	35.150	12.221
Despesas financeiras:		
Varição cambial	(141)	-
Juros sobre impostos	(75.335)	(15.542)
Juros sobre fornecedores	(7.071)	(9.126)
Tarifas	(3.482)	-
Outros	(6.022)	(2.790)
	(92.051)	(27.458)
	(56.901)	(15.237)

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2011	2010
Outras receitas operacionais:		
Ganho do ativo imobilizado alienado	21	609
Estorno provisão perda de ativo fixo	-	1.835
	21	2.444
Outras despesas operacionais:		
Provisão para contingências	(94.377)	(12.345)
Multas	(8.888)	-
Baixa de ativo imobilizado	(650)	(5.379)
Uso da marca	(17.229)	(17.004)
Outras despesas	(16)	(152)
	(121.160)	(34.880)
	(121.139)	(32.436)

25. PLANO DE PENSÃO

A Americel oferece aos seus associados a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), por intermédio do ICATU HARTFORD até 30 de abril de 2009, que administrava os Fundos de investimento. A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a nova administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da empresa já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no ICATU HARTFORD. A Companhia participa com o mesmo percentual de contribuição do associado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante, ou seja, entre 1% a 7% para Diretores e Gerentes e 1% e 4% para os demais associados elegíveis. Em 2011, a Companhia (patrocinadora) efetuou contribuições no montante de R\$261 (R\$195 em 2010).

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos das contas a receber e a pagar registradas no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia. Nos termos da Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são: **a) Análise da sensibilidade das aplicações financeiras:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,88% para o ano de 2011 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando-se um ano e verificando-se a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	9,88%	11,86%	7,90%
Posição em 31/12/2011		240.814	289.074	192.553

* Saldos em 31 de dezembro de 2011 aplicados em CDB e Fundos de investimentos.

b) Risco de taxa de câmbio: Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo com contratos referentes a compras de ativo imobilizado indexados ao dólar norte-americano. Em 2011 as transações mantidas não geraram riscos materiais para a Companhia. **c) Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (*dealers*) e distribuidores de cartões pré-pago. A Anatel requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados, independentemente da renda e na ordem em que sejam recebidas as inscrições. O risco de crédito com relação às contas a receber de serviços de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia realiza análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da Anatel. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de clientes da operadora não apresentava assinantes, cujos recebíveis fossem, individualmente, superiores a 0,45% (0,79% em 31 de dezembro de 2010) do faturamento de serviços do mês de dezembro de 2011. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia mantém limites de crédito individuais, com base em análise do potencial de venda, histórico de risco e inadimplência. A seletividade de seus clientes, a diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia adota a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de *dealers* da Companhia não apresentava registro de *dealers* que cujos recebíveis fossem, individualmente, superiores a 7,38% (9,37% em 31 de dezembro de 2010) das contas a receber do mês de dezembro de 2011.

27. COMPROMISSOS

A Companhia mantém contratos de aluguel de áreas para instalação de seus equipamentos de transmissão, perfazendo um montante mensal total de, aproximadamente, R\$1.238. Os contratos têm vencimento entre 2012 e 2016 e, em sua maioria, têm índice de reajuste anual com base na variação do IGP-DI. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos:

Ano	Valor
2012	23.556
2013	18.554
2014	14.550
2015	10.409
2016	7.198
	74.267

Ativo imobilizado: Adicionalmente, a Companhia possui contratos para aquisição de equipamentos e serviços destinados à ampliação de sua rede, no montante total de R\$80.542 em 31 de dezembro de 2011.

28. SEGUROS

A Companhia adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos. Devido às características de operações multilocalizadas, a Administração contrata seguro com o conceito de perda máxima provável, em um mesmo evento, o qual mantém cobertura contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos (vendaval, raios e enchentes). A apólice de seguro é única e engloba todas as empresas do grupo, cujo limite máximo indenizável para todas as coberturas contratadas é de, aproximadamente, R\$235.500 para todo o Grupo Claro. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Conselho de Administração

Efetivos	Suplentes
Daniel Hajj Aboumrad Presidente	Carlos Hernán Zenteno de Los Santos Sérgio Adriano Pelegrino
Carlos Cárdenas Blásquez Alberto de Orleans e Bragança	Marcos Medeiros Coelho da Rocha Daniel Alejandro Tapia Mejía
Alejandro Cantú Jiménez Carlos José García Moreno Elizondo	

Diretoria

Carlos Hernán Zenteno de Los Santos Diretor Presidente	Fiamma Orlando Zarife Diretor de Serviço e Valor Agregado
Sérgio Adriano Pelegrino Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Erik Cordeiro Caldas Fernandes Diretor de marketing

Contador

Ricardo Basso Gaino Gerente de Contabilidade - Contador CRC - PR-040021/O-0-S-DF

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Americel S.A.

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da **Americel S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão

livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Americel S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas *IFRS* que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

João Ricardo P. Costa

Contador CRC-1RJ066748/O-3-S-DF